

## Artigo

# A pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural

## Research in the history of education from the perspective of cultural history

## Investigación sobre la historia de la educación desde la perspectiva de la historia cultural

**Rudá Moraes Gandin<sup>1</sup>, Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira<sup>2</sup>**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba-PR, Brasil

### Resumo

Este artigo se dirige aos recém-chegados ao campo da pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural, e objetiva proporcionar aos seus futuros pesquisadores uma aproximação com os objetos, debates, teorias e autores que frequentemente se encontram nas teses, dissertações e artigos científicos que se destinam, sobretudo, ao estudo acerca do processo de desenvolvimento histórico da educação. Para tanto, este artigo se apoia em autores clássicos como Chartier, Le Goff, Bloch, Certeau e Ginzburg, a fim de fazer notar a diversidade e a amplitude do campo em pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural em que se enveredam os recém-chegados. Adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica em livros dos autores mencionados e artigos de outros autores, que ligados à história da educação pudessem trazer contribuições à tarefa que se coloca a este artigo. Aponta-se, nas considerações finais, que o trabalho do pesquisador em história da educação na perspectiva da história cultural, além de se preocupar com as datas e o desenvolvimento dos episódios políticos, econômicos e sociais no transcorrer da história, para não incidir em anacronismo, deve se ater às práticas e aos fenômenos decorrentes da cultura, como também tomar os eventos educacionais como foco de suas análises, sem incorrer na generalização dos seus objetos de estudo, uma vez que o papel do historiador parece decorrer da construção lenta e parcial dos episódios sucedidos no passado, considerando as diferenças dos sujeitos e épocas nas quais cada momento aconteceu.

### Abstract

This article is aimed at newcomers to the field of research in the history of education from the perspective of cultural history. Its objective is to provide these future researchers with an introduction to the objects, debates, theories, and authors commonly found in theses, dissertations, and scientific articles primarily focused on the study of the historical development of education. To achieve this, the article draws on classical authors such as Chartier, Le Goff, Bloch, Certeau, and Ginzburg, in order to highlight the diversity and breadth of the field in research on the history of education

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-5416-4367>. E-mail: [ruda.gandin@pucpr.edu.br](mailto:ruda.gandin@pucpr.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). <https://orcid.org/0000-0003-3759-0377>. E-mail: [alboni@alboni.com](mailto:alboni@alboni.com)

from the perspective of cultural history into which newcomers venture. The methodological approach adopted was bibliographic research in the books of the mentioned authors and articles by other authors linked to the history of education that could contribute to the task of this article. In the final considerations, it is pointed out that the work of the researcher in the history of education from the perspective of cultural history, in addition to being concerned with dates and the development of political, economic, and social episodes throughout history to avoid anachronism, must also focus on the practices and phenomena resulting from culture, as well as take educational events as the focus of analysis, without falling into the generalization of their objects of study, since the role of the historian seems to stem from the slow and partial construction of the episodes that occurred in the past, considering the differences of subjects and eras in which each moment occurred.

### Resumen

Este artículo se dirige a los recién llegados al campo de la investigación en historia de la educación desde la perspectiva de la historia cultural, y pretende ofrecer a los futuros investigadores un acercamiento a los objetos, debates, teorías y autores que suelen encontrarse en tesis, tesinas y artículos científicos destinados principalmente a estudiar el proceso del desarrollo histórico de la educación. Para ello, este artículo recurre a autores clásicos como Chartier, Le Goff, Bloch, Certeau y Ginzburg, con el fin de destacar la diversidad y la amplitud del campo de la investigación en historia de la educación desde la perspectiva de la historia cultural en la que se embarcan los recién llegados. El procedimiento metodológico adoptado fue la investigación bibliográfica en libros de los autores mencionados y artículos de otros autores que, vinculados a la historia de la educación, pudieran contribuir a la tarea planteada para este artículo. En las consideraciones finales, se señala que el trabajo del investigador en historia de la educación desde la perspectiva de la historia cultural, además de preocuparse por las fechas y el desarrollo de los episodios políticos, económicos y sociales en el transcurso de la historia, para no incurrir en anacronismos, debe ceñirse a las prácticas y fenómenos resultantes de la cultura, También deben tomar como eje de sus análisis los acontecimientos educativos, sin incurrir en la generalización de sus objetos de estudio, ya que el papel del historiador parece derivarse de la construcción lenta y parcial de los episodios que tuvieron lugar en el pasado, teniendo en cuenta las diferencias de los sujetos y las épocas en que se desarrolló cada momento.

**Palavras-chave:** História da Educação, História Cultural, Pesquisa em História da Educação.

**Keywords:** History of Education, Cultural History, Research in the History of Education.

**Palabras clave:** Historia de la Educación, Historia Cultural, Investigación en Historia de la Educación.

## 1. Introdução

Este artigo tem por finalidade refletir sobre o trabalho do historiador da educação, aproximando seus autores, objetos, preferências metodológicas e debates, dos recém-chegados à história da educação na perspectiva da história cultural. Portanto, não é função deste texto desenvolver um manual ou um guia introdutório que se caracterize por dizer a respeito do “melhor” ou “pior” trajeto a este campo de estudos, pelo contrário. Levando em conta que o percurso dos postulantes ao cargo de pesquisadores nessa área é muito

diversificado, o que não significa dizer que outros campos do conhecimento não o sejam, busca-se, sinteticamente, apresentar alguns aspectos históricos do processo de desenvolvimento da pesquisa em história da educação e da abordagem da história cultural, mais como forma de reiterar um convite do que estabelecer outro.

Um ponto a ser destacado, e que é muito importante que se diga, refere-se à necessidade do estudo acerca da ciência histórica. Independentemente de parecer uma superfluidade, estudá-la possibilita apreender os pressupostos teórico-metodológicos que se espera de uma pesquisa inscrita no âmbito da história. E os motivos para tanto podem estar resumidos na tentativa de inibir a multiplicação de projetos e artigos que se limitam ao relato de acontecimentos, em especial nas pesquisa sobre educação, sem tomar os cuidados que se requer de um trabalho voltado à história, como, por exemplo, o de investigar e conhecer o passado sem a pretensão de julgá-lo, mas de compreendê-lo, como defende Bloch (2001). Por esse motivo, talvez, o historiador italiano Levi (2014) considere que é grande o número de pessoas que possuem uma ideia falsa do sentido da história enquanto ciência, não à toa que para esse autor a maioria dos trabalhos que se dizem de história sejam extremamente desinteressantes.

Aventurar-se em busca de novos caminhos no tocante à vida acadêmica, implica observar os desdobramentos sobre aquilo que se deseja estudar, principalmente para não incorrer no risco de estabelecer reflexões equivocadas ou já superadas em algum dado momento. Deste modo, é preciso ficar atento às mudanças de perspectivas ocasionadas por novas descobertas e/ou novas reflexões a respeito dos fenômenos sucedidos num determinado período, pois elas podem se traduzir, quase sempre, em novos objetos a serem pesquisados. Além disso, cuidados com o emprego dos conceitos absorvidos durante o estudo da área e a sua sistematização, isto é, organização do que cada autor escreveu, são imprescindíveis para fundamentar e apoiar análises futuras.

As escolhas em relação à pesquisa devem tomar, portanto, o cuidado com as concepções resididas na área que se pretende ingressar. No campo da pesquisa em história encontram-se mais frequentemente, por exemplo, três concepções diferentes. Em linhas gerais, são elas: a positivista, a marxista e a nova história. Desta última é que se engendra o que hoje se conformou chamar de história cultural. Segundo a concepção positivista, a história “é escrita como uma sucessão de acontecimentos históricos direcionados para o progresso da humanidade a fim de alcançar o estado positivo” (Nascimento; Padilha, 2015, p.125). Para a concepção marxista, ou melhor, para o materialismo histórico e dialético, compreender a história passa por entender que a sociedade se divide em duas classes antagônicas, com interesses diferentes, conforme analisam Nascimento e Padilha (2015). Para estes autores, esta concepção parte “da produção dos bens materiais, [e sua] análise da história da sociedade deve se voltar para os modos de produção e as relações de trabalho [...]” (Nascimento; Padilha, 2015, p.127). Por último, “na concepção da História Nova a história é global e total, não existe uma história econômica e social, mas sim uma história pura e simples” (Nascimento; Padilha, 2015, p.129). Ademais, importa destacar que, conforme analisa Fonseca (2008), a história cultural é, em certa medida, herdeira da nova história, e tem contribuído para “renovação da historiografia ocidental”, uma vez que tem levado os historiadores a ampliar suas

preocupações e interesses de pesquisa, com base no estudo acerca dos fenômenos culturais.

Assim, inteirar-se dessas correntes e levá-las com responsabilidade, depende muito do tipo de empreendimento que o futuro pesquisador deseja para o seu trabalho. Para este artigo, contar a respeito do ingresso na pesquisa em história da educação aos recém-chegados, buscando apontar o caminho a ser percorrido nas três concepções, necessitaria de muitos parênteses, uma vez que essas percepções em relação à ciência histórica são destoantes, e, portanto, de difícil coexistência num trabalho acadêmico. Dito isso, optou-se pela reflexão sobre a pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural, cuja caracterização assenta-se nas transformações decorridas do esvaziamento da história dos acontecimentos políticos e o advento da base filosófica, no âmbito da chamada Nova História, “de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (Burke, 2011, p.12).

Em termos de procedimento metodológico, ressalta-se que foi empreendido uma pesquisa bibliográfica acerca da pesquisa em história e a pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural, como base nos livros de autores clássicos da ciência histórica, como Chartier, Le Goff, Bloch, Certeau e Ginzburg e artigos de outros autores. O presente artigo encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, apresentam-se alguns aspectos do desenvolvimento da ciência histórica, e na segunda, discutem-se alguns autores e suas contribuições ao campo da pesquisa em história em educação na perspectiva da história cultural, bem como empreendem-se algumas reflexões sobre o arquivo, as fontes de pesquisa, e algumas possibilidades de estudos na área.

## 2. Aspectos históricos da pesquisa em história

Le Goff (2001, p.24), no prefácio do livro *Apologia da História ou o ofício de historiador* de Marc Bloch, afirma que “a história é busca, portanto, escolha”. Para quem inicia seu percurso no campo da pesquisa em história, essa definição pode parecer um tanto abrangente, embora expresse uma ideia muito convidativa a respeito do trabalho do historiador. Nesse livro, Bloch (2001, p.43) diz que sua aproximação com a história - e quiçá a da maioria dos historiadores - deu-se em razão dela parecer-lhe sempre “divertida”, afinal, questiona o autor, “sem o quê, por quais razões teri[a] escolhido esse ofício?”. A este respeito, Braudel (2014, p.8-9) responderia, possivelmente, que a única coisa que o fez se apaixonar por esse mister se refere ao que ele “explica da vida dos homens a tecer-se sob nossos olhos, com face à modificação ou à tradição, aquiescências e reticências, recusas, cumplicidades ou abandonos”.

Outras respostas poderiam ter sido atribuídas, algumas até devessem aproveitar a ocasião e contar as experiências provocadas pelo ofício, explicitando as características que marcam a tarefa do historiador, que de acordo com Levi (2014) podem ser sintetizadas em três momentos distintos: pesquisar, resumir e comunicar. O fato é que os motivos pelos quais cada um atribui a sua escolha é diferente, especialmente porque os sujeitos são diferentes e guardam histórias igualmente distintas, que poderiam servir, quem sabe, como um bom objeto de pesquisa.

A pergunta, *para que serve a história*, considerada ainda muito pertinente, pode desenrolar-se em grandes discussões, indo do historiador

mais experiente ao recém-chegado. Jim Sharpe (2011, p.60) acredita que “os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a leem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem”. Não seria demais afirmar que essa dúvida, apresentada pelo filho de Bloch (2001) – ao menos foi isso que o autor disse no seu livro *Apologia da História* –, situa-se entre as primeiras dos que buscam uma aproximação com a História. Não raro, relacionar-se a um campo específico do conhecimento parte, muitas vezes, do incentivo de alguém. Roger Chartier (2018) é um exemplo. Segundo ele, sua aproximação com a História ocorreu mediante o estímulo de alguns professores, durante a época em que frequentava uma escola secundária. Ora, o que fica de agora em diante para quem adentrou a pesquisa em história, talvez repouse na sugestão dada por Bloch (2001, p.54), a respeito da característica de um historiador, “o bom historiador se parece como o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. Ou melhor, o bom historiador é aquele que “sabe fazer flecha com qualquer madeira”, como afirmou Julia (2001, p.17) em seu artigo denominado *A cultura escolar como objeto histórico*.

Então, como em qualquer área de pesquisa, recomenda-se uma leitura atenta a respeito da produção acadêmica – não necessariamente de toda a produção, haja vista que isso parece pouco possível - do campo que se pretende estudar. Na pesquisa em História, para quem nunca pleiteou alguma aproximação antes, pode-se definir esse estudo, primeiramente, a partir das mudanças pelas quais possibilitaram o surgimento de um novo olhar a respeito da História. Isso, segundo analisa Vieira (2015, p.367), iniciou-se a partir do século XX, com a transformação radical “do historiador em relação ao passado”. Para essa autora, no mesmo período, verificou-se também a ampliação dos problemas, abordagens e as noções de objetos na pesquisa em História, ocasionando “um tratamento interdisciplinar” do campo. Este configura-se como um dos grandes triunfos do novo tipo de História, que se inaugurou originalmente na Europa. É possível afirmar, portanto, que essas mudanças implicaram na forma de produzir o conhecimento histórico. Sanfelice (2016), considera que estas mudanças não deixaram de impactar a História da Educação, também.

Para melhor compreensão sobre esse movimento, do qual viria a se desenvolver uma nova forma de olhar a História, sugere-se alguns trabalhos, em especial o realizado por Constantino (2004), que, embora busque circunscrever os desdobramentos da história oral, dedica-se a analisar alguns dos “pressupostos à teoria da História”, e a evidenciar grande parte das transformações desencadeadas em meados do século passado no tocante a pesquisa histórica, embora, segundo a própria autora, desde o século XIX já se observava tipos de reações às ideias do historiador alemão Leopold Von Ranke “e um progressivo afastamento [delas]” (Constantino, 2004, p.48). Para Sharpe (2011, p.40), nesse século, deu-se o desenvolvimento do interesse pela história social e econômica de forma mais ampla, embora o principal tema da história ainda continuasse a ser o da “revelação das opiniões políticas da elite”. A esse respeito, Vieira (2015, p.368) relata que nessa época, particularmente na primeira metade do século XIX, a preocupação dos historiadores centrava-se “em escrever histórias nacionais, recuperando os heróis e seus grandes feitos”, em boa parte das vezes, com a intenção de construir os Estados nacionais e propiciar o surgimento de uma identidade nacional.

Um dos autores do século XIX, relacionado como grande contribuidor ao campo da ciência história, e notadamente, também, um dos mais criticamente revisitados, é Leopold Von Ranke (1795 – 1886). As contribuições de Ranke, conforme analisa Vieira (2015), situam-se na busca de um método científico para a História, que se inspiram no filósofo Augusto Comte, ao criticar “as filosofias especulativas da História, subjetivas ou moralizantes” (Constantino, 2004, p.42). Para Ranke, “a História é obra de individualidades únicas e irreduzíveis, entendidas como nações, civilizações, Estados [...] a História seria o resultado dessas entidades espirituais, pode-se dizer individualizadas” (Constantino, 2004, p.43). Cunhou-se, assim, como forma de descrever o viés tradicional da história, o termo “história rankeana”, que para Peter Burke (2011), pode ser resumida em alguns pontos. Seguem alguns: o primeiro, a história estaria ligada essencialmente à política; o segundo, a história seria vista pelos historiadores enquanto narrativa dos acontecimentos; o terceiro, a história seria vista de cima, isto é, contada a partir dos grandes feitos de grandes homens, generais, estadistas; o quarto, a história deveria assentar-se em documentos; o quinto, a história seria ou deveria ser objetiva. A história, desta maneira, se configuraria em apresentar os fatos, conforme frase atribuída ao próprio Ranke, “como realmente eles aconteceram”. A este comportamento, Le Goff (2013, p.89) atribui excessiva “importância à história política e diplomática”.

No século XIX, houve inúmeras manifestações, conforme revela Constantino (2004, p.48), a fim de “romper o monopólio da história política”. No entanto, segundo a autora, seria nos anos de 1920, especificamente na França, com Fèbvre e Bloch, que a historiografia passaria por uma radical transformação. Essa transformação corresponderia ao surgimento da revista francesa *Annales d’histoire*, a qual se caracterizou “pela crítica à historiografia tradicional e, conseqüentemente, ao domínio da história dos acontecimentos” (Constantino, 2004, p.49). Nesse período, pode-se afirmar que o modo de fazer História experimentou a inclusão de uma nova forma, quiçá mais ampla, cuja inserção de vasta atividade humana “preocupada com os aspectos estruturais do que com os narrativos, atingindo outras áreas de conhecimento” (Constantino, 2004, p. 49), desembocou na ativação da interdisciplinaridade. Para Sanfelice (2016), ao analisar esse momento experimentado pela história,

Hobsbawm (2002), que vivenciou as transformações da historiografia ao longo de todo o século XX, testemunha que o grande conflito vivido pelos historiadores foi o embate da hipótese convencional positivista – a história é a política do passado, no interior dos Estados-nações e suas relações com outros – e, a história que deve tratar das estruturas e mudanças das sociedades e culturas – concepção dos marxistas e seguidores dos Annales. No primeiro caso a história como narrativa e no segundo a história como análise e síntese. Era uma batalha entre a velha e a nova história. Entre os ‘modernizadores’ havia muitas diferenças ideológicas e de politização, mas em comum lutavam contra os positivistas e, por volta de 1970, parecia razoável supor que estava ganha a guerra (Sanfelice, 2016, p.15).

Forjaram-se, assim, no decorrer da ciência histórica, concepções diferentes de compreendê-la e abordá-la. Destaca-se o período do surgimento da Revista dos *Annales*, no início do século XX, reconhecida, segundo autores como Fernand Braudel (2014), por sua “vigorosa originalidade”, sobretudo porque “queira-se ou não, *Annales*, fo[i] acolhid[a], como tudo o que é forte, por vigorosos entusiasmos e hostilidades obstinadas”, mas que “tiveram, e têm sempre em seu favor, a lógica de nossa profissão, a evidência dos fatos e o incomparável privilégio de estar à ponta da pesquisa, mesmo se essa pesquisa é aventureira...” (Braudel, 2014, p.34).

A Escola dos *Annales* ou o movimento dos *Annales*, como define Burke (2010), no intuito de melhor compreender a dimensão de seus efeitos na transformação da historiografia, pode ser identificada por sua intenção em “promover uma nova espécie de história” (Burke, 2010, p.12), cujo interior era marcado pelo interesse em torno dos novos problemas e objetos, e, também, por historiadores que se preocupavam com os fenômenos culturais, conforme analisa Burke (2010). Para o autor, aliás, a produção sobre a infância e a família de Philippe Ariès é a que vai chamar a atenção para a história das mentalidades, no começo dos anos de 1960, em especial pela contrariedade à perspectiva qualitativa das pesquisas na ciência histórica. Convém assinalar, então, que é no decorrer desse período, nos anos 60 e 70, conhecido como a terceira fase dos *Annales*, que acontecem mudanças fundamentais no movimento, que transfere o interesse do itinerário intelectual “da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural” (Burke, 2010, p.91).

É importante os recém-chegados compreenderem que a história cultural, perspectiva de pesquisa a que o presente artigo se atém para o estudo em história da educação, é impulsionada, segundo Fonseca (2008), pela história das mentalidades, que se assentava na matriz da história social, marcada pela oposição à história tradicional; pelos pressupostos teóricos-metodológicos distintos; e pelas abordagens socioculturais, que guardavam uma aproximação bem estreita com a antropologia e as ciências sociais. Para essa autora, a história cultural pode ser apresentada enquanto campo historiográfico

[...] caracterizado por princípios de investigação herdados das propostas inauguradas como o movimento dos *Annales* e dotado de pressupostos teórico-metodológicos que lhe são próprios (mesmo que alguns deles tenham se originado em outros campos do conhecimento, como a Antropologia ou a linguística). Por isso a História Cultural é reconhecida pela utilização de determinados conceitos, como o de representação – visto como central para este campo – e o de imaginário, e por uma relação específica com a temporalidade, não mais vista linearmente (como na história tradicional) e nem apenas na longa duração (traço da influência estruturalista) (Fonseca, 2008, p.56).

Chartier, um dos principais autores da história cultural, que empregou em suas pesquisas as noções de “representação” e “apropriação”, a partir de seu interesse “pelas transferências entre a cultura oral e cultura escrita”, apontando “como indivíduos não-letrados podem participar da cultura letrada através de práticas culturais diversas (leitura coletiva, literatura de cordel), ou

como, ao contrário, dá-se a difusão de conteúdos veiculados através da oralidade para o registro escrito” (Barros, 2005, p. 130-131), assinala que o referido campo historiográfico “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 2002, p.16-17). Assim, Chartier (2002, p.17) entende que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

Ademais, um dos aspectos, por vezes incluído como indispensável ao pesquisador em História, refere-se ao cuidado com as escolhas de concepções embutidas na opção por uma determinada metodologia, fontes e recortes do período histórico, porque a partir dessas escolhas é que o pesquisador refletirá a respeito do seu objeto de estudo (Nascimento; Padilha, 2015). Deste modo, deve-se recorrer com cautela aos autores escolhidos e às concepções por eles defendidas, uma vez que as opções feitas (em relação ao referencial teórico) implicam, de acordo com Nascimento e Padilha (2015), na forma como cada historiador se posiciona frente à sociedade.

### **3. A pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural**

O ingresso no campo da pesquisa em História da Educação pode ocorrer de forma acidental, quer porque a escolha se deu equivocadamente ou porque de última hora decidiu-se topar o desafio. Quando isso acontece, o caminho dos recém-chegados parece ganhar contornos de dificuldade. Para esta parcela, inteirar-se das discussões produzidas na história da educação deixa de ser um desafio simples para se tornar um trajeto intenso de obstáculos. Esta seção do artigo apresentará um pouco do debate e das possibilidades da pesquisa em História da Educação na perspectiva da história cultural, e, quem sabe, acabe tornando menos doloroso o caminhar dos recém-chegados de supetão, sem planejamento, mas que aos poucos vão tomando gosto pelo ofício.

A pesquisa em História da Educação pode ser enxergada como um grande campo de investigação, mormente definido por sua vasta abrangência. Conforme analisa Sanfelice (2016), as possibilidades de pesquisa são inúmeras, entre as quais se pode destacar as

políticas educacionais de Estados e governos, legislação educacional de todos os níveis, sistemas nacionais de educação, formação de docentes, ideias pedagógicas, metodologias de ensino, história de instituições escolares, biografias de educadores, a educação na e pela imprensa, os movimentos sociais e a educação, as entidades estudantis, a educação de gêneros (Sanfelice, 2016, p.153).

No âmbito da história cultural, Falcon (2006), em seu artigo denominado *História cultural e história da educação*, trata a respeito dos objetos e métodos do referido campo historiográfico, amparado em Georges Duby, afirmando que se deve, na medida em que se observa o passado e as formas com as quais se movimenta a sociedade, levar em conta os meios de

produção dos objetos culturais. Desse modo, o autor sugere várias temáticas a serem trabalhadas pelo historiador e, por que não, o historiador em educação também. Dentre as que o autor aponta, transcreve-se três, que parecem bem utilizadas pelos pesquisadores em história da educação.

c) Atividades institucionais na difusão da cultura material e intelectual (ensino, edição, imprensa, rádio, televisão, igrejas e organizações sociais; a língua como meio de comunicação).

d) Intelectuais: seu papel/função como difusores da cultura e a sua realização/concretização.

g) Cultura material e intelectual da vida cotidiana das diversas classes, camadas e grupos sociais. Principais características (Falcon, 2006, 337)

Apesar desse grande leque de possibilidades, é comum que o pesquisador acabe sendo tomado por algum desânimo e/ou desapontamento caso venha a se deparar com o farto número de produções sobre a temática que se pretende investigar. Todavia, isso não é motivo para levá-lo a desistir da proposta de trabalho que queira iniciar. A esse respeito, Nunes (1990, p.38) elenca três argumentos que se mostram bem interessantes e capazes de fazer qualquer pesquisador voltar a se animar com sua proposta de trabalho. O primeiro afirma não ser “possível desconhecer a necessidade (social e pessoal) de um acerto de contas com a Historiografia da Educação [...] que toma o relato de determinados educadores como testemunhos definitivos sobre os quais se apoia o sentido dos acontecimentos estudados”. O segundo aponta que outros trabalhos podem surgir por ocasião da “insatisfação com os estereótipos alimentados pelas análises corretes”. O último argumento da autora assinala “que a originalidade não se reporta apenas a temas inéditos e ou períodos descobertos pela pesquisa, mas também às novas relações que podem ser estabelecidas na revisão de temas e ou períodos já trabalhados” (Nunes, 1990, p.38). Portanto, mesmo que seu projeto inicial já tenha sido pesquisado, ainda há muito por escrever sobre ele.

Um dos momentos do trabalho do historiador, de acordo com Levi (2014), é pesquisar. Este momento é marcado pelo trabalho nos arquivos, o qual pode se considerar “muito semelhante ao trabalho dos antropólogos, porque estamos num lugar imaginário, em um cômodo do arquivo onde há documentos, que muitas vezes não encontramos significado”, igualmente o que “fazem os antropólogos quando estão em campo: em um determinado momento, os documentos começam a ter algum significado” (Levi, 2014, p.2). O historiador da educação também precisa ir aos arquivos, e quando se propõe a isto, ele dá novos contornos a este momento, que é o de adentrar aos arquivos com a humildade e ambição, no sentido dado por Nunes (1990), de procurar dados relacionados aos fenômenos educativos de um período determinado. Sobre esta especificidade do historiador da educação com o arquivo, Anjos (2018, p.281) desenrola uma reflexão interessante. Para ele, o “arquivo, por conta das operações de memória que o produzem, [faz] emerg[ir] um duplo testemunho para esse trabalho de escrita da história da educação”. Escreve o autor:

De uma parte, um testemunho intencional sobre ela, nascido da vontade de lembrar e fazer lembrar os compromissos dos

produtores/gestores do arquivo para com a educação, geralmente, em sua forma escolarizada; de outra, um testemunho não intencional, que permite observar, apesar da força da memória, as contradições da relação desses agentes com a educação e seus sujeitos, tanto na sua forma escolarizada como no confronto desta com outros modos de socialização das gerações mais jovens na História (Anjos, 2018, p. 282)

Com isso, é possível listar uma série de precauções que se deve tomar ao chegar num arquivo, para além daquelas voltadas à preservação dos documentos que vierem a ser manejados pelo pesquisador. A principal delas é iniciar seu trabalho acompanhado de um olhar crítico, que não se deixa confundir pelos desejos dos gestores e produtores do arquivo, que podem estar a serviço de uma história por eles apreciada. Não que isso não deva constar na escrita do seu trabalho em história da educação, até pode constar, no entanto é preciso compreender que os arquivos “corporificam na sua existência e na sua organização um poder multifacetado, quer individual (do titular, do doador), quer institucional, com o qual medimos nossa força de intervenção” (Nunes, 1990, p.38). Deste modo, torna-se quase que obrigatório se atentar a essas armadilhas instauradas quando se vai ao arquivo, pois uma hora ou outra será necessário adentrá-lo.

Com relação aos autores da história da educação, o espanhol Augustin Escolano Benito e a brasileira Diana Gonçalves Vidal podem se apresentar como opções para o estudo sobre a escola e sua cultura, e, por consequência, como bom caminho à pesquisa historiográfica em educação na perspectiva da história cultural. O livro de Escolano (2017), denominado *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*, mostra-se constituir, por exemplo, um precioso convite à pesquisa do interior das escolas, a fim de compreender, por meio de uma investigação histórica, os ritos que evidenciam a seu modo de funcionamento, organização, em síntese, sua cultura. Quanto a contribuição da história cultural à educação, esse autor afirma que seu emprego desembocou “na atenção aos objetos, às imagens, aos textos e às vozes, que são expoentes da realidade da vida cotidiana das instituições” (Escolano, 2017, p.26). Vidal, dona de uma profusa produção no âmbito da história da educação, em artigo a respeito da cultura das escolas brasileiras chama a atenção sobre a inevitabilidade de abandonarmos as considerações a respeito da escola que a veem apenas como “porto de chegada das inovações pedagógicas e das normas legais ou reformas, exercendo a função apenas” de transmissão cultural para tornarmos-la um local “de constante negociação entre o imposto e o praticado e, mesmo, de criação de saberes e fazeres que retornam à sociedade sejam como práticas culturais, sejam como problemas que exigem regulação no âmbito educativo” (Vidal, 2006, p.158). Para esta autora, as práticas escolares constituem-se em práticas culturais, o que leva a pensar a escola e a pesquisa de suas práticas como fundamental, no intuito de compreender o processo que as levou a mudar com o passar dos anos, bem como a identificar o pensamento e as condições sociais, econômicas e culturais que as geraram e as mantiveram de um determinado modo por algum tempo.

Também na pesquisa em história da educação, na perspectiva da história cultural, alguns autores relacionados à ciência histórica frequentam

com mais assiduidade os artigos, teses, dissertações ou projetos de pesquisa. Mesmo que não se tenha realizado um levantamento amplo sobre quais são os autores mais usados nos referenciais teóricos, até porque este trabalho não se propõe a isso, é possível afirmar, com certa margem de segurança, que Chartier, Le Goff, Ginzburg, Certeau e Bloch figuram entre os autores mais assíduos. Nas próximas linhas cada um deles será apresentado, sem a pretensão de encaixá-los na esteira das contribuições à pesquisa em educação. O que se fará adiante são breves relatos sobre cada autor, a fim de fazer despertar o interesse do leitor e a sua atenção quanto à existência deles no fazer/escrever/refletir dos historiadores da educação. Cabe informar, antes de qualquer coisa, que o primeiro autor a ser apresentado, Roger Chartier, tem sido identificado, no âmbito dos estudos que se colocam na perspectiva da história cultural, como um de seus autores basilares, sobretudo por ocasião de sua contribuição mais decisiva, assentada na “elaboração das noções complementares de ‘práticas’ e ‘representações’” (Barros, 2005, p.131), além do conceito de “apropriação”, que se inserem num conjunto de ensaios que se encontram “profundamente preocupados com a reescritura, com as transformações sofridas pelos textos particulares quando adaptados às necessidades do público, ou mais exatamente de públicos sucessivos” (Burke, 2010, p.112).

Roger Chartier, nasceu em 9 de dezembro de 1945, na cidade de Lyon, França. Considerado como um dos historiadores mais importante da atualidade, é também um dos historiadores mais presentes nas pesquisas em história da educação que se apresentam na perspectiva da história cultural. Para Barros (2005), os conceitos de representação e apropriação, forjados por Chartier, são “bastantes úteis”, uma vez que é por meio deles que se pode “examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural” etc. No campo da história da educação os trabalhos que se utilizam dos conceitos de Chartier se centram na leitura e análise de impressos escolares, bem como em estudos acerca da literatura, utilizando-se, de acordo com Fonseca (2008, p.60), de conceitos como circulação, saberes e cultura escolares e circulação, isto é, a existência de um interesse em torno das práticas culturais.

Jacques Le Goff (1924 -2014) foi um historiador francês, medievalista, e um dos percussores da chamada *Nova História*. De acordo com Stephanou (2015) ele “forneceu ao campo historiográfico uma reflexão original, imaginativa, ancorada no trabalho concreto do historiador e sensível aos problemas do tempo presente” (Stephanou, 2015, p.7). Além disso, Le Goff ficou marcado por suas “proposições vigorosas ao diálogo interdisciplinar”, que segundo ele eram imprescindíveis à História (Stephanou, 2015, p.8). No seu livro *História e Memória*, lançado nos fins de 1980, ele deixa claro logo no início a que veio: “se a história se tornou [...] um elemento essencial da necessidade de identidade individual e coletiva, logo agora a ciência histórica sofre uma crise (de crescimento?): no diálogo com as outras ciências sociais, na expansão considerável de seus problemas, métodos, objetos, ela pergunta se não começa a perder-se” (Le Goff, 2013, p.17). Novos problemas, novos objetos, novos métodos, talvez sejam o grande legado desse autor à escrita da história.

Carlos Ginzburg é um historiador italiano, nascido em 1939, conhecido por seus estudos denominados de micro-história, além de ser o precursor da abordagem indiciária, a qual “dialoga com os campos da linguagem, mas também com a antropologia e filosofia” (Paziani; Perinelli Neto, 2018, p.323). Sobre isso, Paziani e Perinelli Neto (2018) consideram que o indiciário de Ginzburg pode ser observado enquanto método de análise discursiva onde o historiador se dedica à tarefa de ler e interpretar as fontes coletadas, tomando-as como “discursos”. O uso de Ginzburg pelos historiadores da educação é grande ou, pelo menos, vem aumentando cada vez mais. Anjos (2018), por exemplo, evoca Ginzburg para dar conta de suas reflexões sobre o arquivo, em especial para dizer que os documentos deste lugar se parecem a uma superfície onde os personagens do passado deixam rastros. Esta busca pelos rastros, por meio dos quais leva a interpretações históricas diversificadas, talvez seja um dos ganhos em termos metodológicos atribuídos pela leitura de Ginzburg.

Michel de Certeau (1925 – 1986) foi um historiador francês, cuja principal contribuição se deu em virtude das suas reflexões que deslocam “a atenção do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos para a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos” (Giard, 2014, p.12). Considerado por Giard (2014) como um espírito anticonformista, Certeau concedeu um contorno particular aos conceitos de tática e estratégia, os quais vão compor inúmeras análises no âmbito dos estudos denominados de cultura escolar. Estes conceitos ajudam a pensar, por exemplo, a prática dos professores que se opõem a programas curriculares ou determinações vindas de dentro da própria escola pelo diretor ou tutores designados pelos governos, a fim de supervisionarem o trabalho docente.

Marc Bloch (1886 -1944), historiador francês, e talvez o principal desta lista, foi um dos fundadores da Escola dos *Annales*. Suas reflexões a respeito do trabalho do historiador foram imprescindíveis na elaboração de uma nova forma de fazer história, não mais centrada na política e nos feitos de grandes personalidades. Bloch foi definido por Le Goff (2001, p.16) como um historiador de “extraordinária capacidade [...] de transformar seu presente vivido em reflexão histórica”. Por isso, o livro *Apologia da história ou o ofício do historiador* talvez devesse ser o primeiro a ser lido pelos recém-chegados à história da educação, uma vez que, e principalmente, o imperativo de olhar ao passado sem julgá-lo, mas com o intuito de compreendê-lo, é uma das lições mais belas de Bloch.

Uma última questão a ser trabalhada neste artigo, e que gera algumas dúvidas aos recém-chegados, é o uso das fontes nas pesquisas em história da educação na perspectiva da história cultural. Como isto pode ser objeto de longas reflexões, optou-se por apresentar, brevemente, o uso de fontes documentais, as quais são amplamente utilizadas, e a história oral como fonte de pesquisa. Para tanto, serão dadas algumas pinceladas acerca do que são as fontes. De antemão, pode-se dizer que elas constituem parte insubstituível do trabalho do historiador, e que na sua ausência é muito difícil imaginar uma pesquisa de caráter historiográfico.

As fontes, a princípio, podem ser definidas como o “levantamento de discursos políticos, de documentos oficiais, das memórias iconográficas, bibliografia, entre outras, existentes sobre um determinado período histórico” (Padilha; Nascimento, 2015, p.124). Porém, Ragazzini (2001, p.14) alerta que o

seu uso é sempre “uma construção do pesquisador”, cuja tarefa é compreender que a fonte “provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada”. Deste modo, as fontes dizem respeito aos questionamentos empreendidos pelo pesquisador no presente acerca do passado, sem o objetivo de forçar uma interpretação com a qual a fonte não corresponde.

As fontes documentais, isto é, os documentos utilizados no âmbito da pesquisa em história, foram por muito tempo considerados apenas verdadeiros documentos históricos, pelos historiadores, na medida em que “esclareciam a parte da história dos homens digna de ser conservada, transmitida e estudada: a história dos grandes acontecimentos” (Le Goff, 2013, p.104). Também se costumou difundir a “ideia de que o nascimento da história estava ligado ao aparecimento da escrita”, o que privilegiou o documento escrito (Le Goff, 2013, p.104), tomado pela corrente histórica positivista, pelo menos no começo do século XX. Le Goff (2013), analisa, no entanto, que no decorrer deste século há uma revolução documental, de alguma forma persistida pela necessidade de alargar a noção de documento. Para o autor,

esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos [...] (Le Goff, 2013, p.490)

Com isso, apresenta-se uma indispensabilidade crítica em relação aos documentos, conquanto a emergência da concepção de documento/monumento, discutida por Le Goff (2013), decorra independentemente da revolução documental, uma vez que os objetivos da concepção documento/monumento “está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento [...] enquanto monumento” (Le Goff, 2013, p. 494-195). A este respeito, Le Goff (2013, p. 496-497) considera que o “documento não é inócuo”, mas, antes de tudo, o é “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...]”. O documento, diz o autor, é monumento, pois resulta “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Além disso,

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 2013, p.495)

Para a pesquisa em história da educação na perspectiva da histórica cultural, a compreensão do documento enquanto monumento, fez-se abrir novas possibilidades de estudos, dado as reflexões que suscitam sobre a

montagem e desmontagem dos documentos, compreendendo-os como uma fabricação enleada por relações de poder. Assim, embora a utilização de fontes documentais se mostre predominante, e não mais se remeta unicamente a contar a história dos grandes acontecimentos ou eventos políticos, seu uso requer alguns cuidados, uma vez que, de acordo com Levi (2014), os documentos são sempre falsos, por dois motivos. Escreve o autor:

primeiro, os documentos sempre são parciais. Também, se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos — um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade. Sempre! A segunda razão é que os documentos se produzem quando há ação e decisão; caso contrário, por que fazê-los? Todos os documentos notariais — que são a fonte mais interessante para os historiadores — estão situados em ação e decisão. Fazemos testamento, dote, compra e venda, empréstimos, coisas que são ações, mas falta muita coisa. É importante para o historiador e sua fantasia ler as entrelinhas do documento (Levi, 2014, p.10-11).

O emprego das fontes documentais nas pesquisas em história da educação merece a devida atenção, desde que considerado criticamente, ou seja, descolado da impressão ingênua quanto a elaboração do documento cuja análise deve ser feita pelo historiador.

Em relação as fontes orais, Constantino (2004, p.62) analisa que não existem dissemelhanças com as fontes escritas, uma vez que “nenhuma das duas é expressão transparente de uma realidade exterior, [e] não representa aquela desejada janela escancarada para o passado”. Ambas são construções oriundas das interpretações, análises e objetivos colocados pelos historiadores. Portanto, a História Oral, longe de ser o meio mais ou menos adequado do que as fontes escritas no tocante a pesquisa em história, constitui numa possibilidade valiosa de “recuperar o testemunho de sujeitos que viveram ou protagonizaram um fato histórico” (Constantino, 2004, p.63). Sejam pessoas que estudaram numa determinada escola, atuaram como professores ou foram vizinhos desta instituição, tudo pode contribuir para o trabalho do historiador da educação. Contudo, é importante chamar a atenção ao alerta de Ragazzini (2001) quanto a insuficiência de fazer uma história da educação apenas com fontes escolares, eventualmente se considerar como únicas fontes possíveis tão somente aquelas provenientes da escola.

Uma das formas de utilização das fontes orais “decorre do fato de poder ser empregada em pesquisas sobre temas recentes, ao alcance da memória dos entrevistados, envolv[idos] [em] acontecimentos ocorridos num espaço de aproximadamente 50 anos” (Vieira, 2015, p.372). Assim, pesquisas que versam sobre temas educacionais que tiveram em evidência nos últimos anos, podem se valer da contribuição dos seus participantes, oferecendo relatos importantíssimos ao historiador da educação para compreender o período estudado.

#### 4. Considerações finais

O que se pretendeu neste artigo foi aproximar os recém-chegados ao campo da pesquisa em história da educação de alguns autores e possibilidades de estudos em história da educação na perspectiva da história cultural, de modo a apresentar alguns elementos teóricos-metodológicos da pesquisa em história, na perspectiva da história cultural, a fim de oferecer aos recém-chegados algumas reflexões sobre o processo de estudo por meio do qual se envolvem os pesquisadores, mesmo os novos integrantes, haja vista que o tempo para concluir as pesquisas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* é essencialmente curto.

Pretendeu-se, também, aproximar dos estudantes recém-chegados os objetos, autores, concepções e debates promovidos na história da educação, especialmente porque se observa a necessidade de textos que se encarreguem de cumprir esses objetivos, não como um manual no qual se instrui os pesquisadores a fazerem determinadas coisas, mas um convite para se explorar e estudar ainda mais o campo que se ingressou, ainda que se tenha feito isso a reboque de pressões externas ou por obra do acaso. O artigo, então, apontou, em linhas gerais, alguns passos que se mostram indispensáveis aos recém-chegados na pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural. Registra-se: 1) Inteirar-se das transformações ocorridas a respeito da pesquisa historiográfica; 2) buscar conhecer os principais autores no âmbito da pesquisa em história, e, neste caso, na perspectiva da história cultural; 3) tomar conhecimento em relação a diversificação de objetos e fontes de pesquisa, como demonstrado neste artigo.

Observou-se que os autores usados como aporte teórico-metodológico provenientes da história nas pesquisas destinadas à história da educação na perspectiva da história cultural, são inúmeros, porém cinco deles foram escolhidos para serem apresentados, a saber: Chartier, historiador francês, nascido em 1945, responsável pelas noções de “apropriação” e “representação”, que se observam no campo historiográfico da história cultural; Le Goff, historiador francês, medievalista, nascido em 1924 e falecido em 2014, considerado como um dos principais nomes da chamada *Nova História*; Carlo Ginzburg, historiador italiano, nascido em 1939, conhecido por seu paradigma indiciário; Michel de Certeau, historiador francês, nascido em 1925 e falecido em decorrência de um câncer no ano de 1986, conhecido pelo emprego dos conceitos de tática e estratégia, os quais se tem usado para discutir o cotidiano da escola; e, por último, porém não menos importante, Marc Bloch (1886 -1944), historiador francês, considerado um dos maiores nomes da história, e um dos percussores da Escola dos Annales. Cada um dos autores elencados oferece contribuições importantes à pesquisa em história da educação, e seu estudo permite a elaboração, com base nas suas ideias, de reflexões das mais variadas acerca dos objetos de pesquisa empreendidos no campo educacional, fundamentalmente quando adotado a perspectiva da história cultural, cuja concepção carrega como ênfase a análise da história segundo uma abordagem a partir dos fenômenos culturais.

Ademais no artigo se apontaram outras duas concepções que habitam a pesquisa historiográfica, além da nova história e da história cultural: a positivista, conhecida pela ênfase nos documentos e a narração de grandes acontecimentos; e o materialismo histórico-dialético, definido pela leitura da história segundo o conceito de luta de classes, em que se credita a sociedade uma divisão entre duas classes antagônicas, os proprietários dos meios de

produção, e os que vendem sua força de trabalho. Neste artigo priorizou-se refletir sobre a história da educação a partir da perspectiva da história cultural, contudo, os recém-chegados não precisam, necessariamente, escolher a perspectiva aqui apresentada, devem optar por aquela com a qual se veem mais identificados, não obstante seja imprescindível conhecer o teor de cada concepção trabalhada no âmbito da ciência histórica.

Não é todo mundo que se aventura numa determinada ciência sem apresentar seus motivos, por mais simples que sejam. Há sempre uma razão guardada em algum canto. Não é diferente com os que chegam na história da educação, embora não se possa afirmar que todo pesquisador, ao chegar pela primeira vez no seu campo de estudos, tenha se apaixonado *a priori* perdidamente. Deste modo, o que se mostrou neste artigo é que, igualmente como em inúmeros momentos da vida, o gosto por algo é tomado com o tempo, e o prazer pelo ofício é revelado de modo distinto de acordo com o interlocutor que se está ouvindo. Portanto, dos historiadores é possível que se ouça apenas louvores quanto ao seu trabalho, ainda que adentrar aos arquivos, interpretar os documentos e comunicar o que se pesquisou não seja uma tarefa das mais simples. O trabalho do pesquisador em história da educação, além de se preocupar com as datas e o desenvolvimento dos episódios políticos, econômicos e sociais no transcorrer da história para não incorrer em anacronismo, deve tomar como objeto de suas análises os eventos educacionais, sem incorrer na generalização dos seus objetos de estudo, uma vez que o papel do historiador parece decorrer da construção lenta e parcial dos episódios sucedidos no passado, considerando as diferenças dos sujeitos e épocas nas quais cada momento aconteceu.

A pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural pode oferecer um vasto leque de opções para se trabalhar aos recém-chegados. São inúmeras as possibilidades que se apresentam, desde análise das legislações, projetos e correntes educacionais até ao estudo sobre organizações estudantis, formação e representação de professores. Pelo Brasil é possível encontrar vários programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação com grupos de pesquisa voltados à história da educação no país, basta olhar com a devida atenção seus blogs, sites ou páginas nas redes sociais. Enfim, espera-se que este artigo tenha contribuído de algum modo na aproximação dos recém-chegados ao campo de pesquisa em história da educação. É claro que se aproximar implica outras ações que vão além desta de ler um artigo, todavia, ainda que haja limites nesta proposta, nunca é demais a presença de textos por meio dos quais se busque auxiliar, socorrer quem deseja estudar.

## Referências

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O testemunho dos arquivos e o trabalho do historiador da educação. *Hist. Educ.* [online]. vol.22, n.55, pp.279-292, maio/ago, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/heduc/v22n55/2236-3459-heduc-22-55-00279.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41422>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.) *A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CHARTIER, Roger. Entrevista sobre história. Youtube. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Poliw\\_LhKol](https://www.youtube.com/watch?v=Poliw_LhKol). Acesso em: 1 abr. 2020.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2.ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

ESCOLANO BENITO, Augustín. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas, SP: Alínea, 2017.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 32 maio/ago., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dGYwqHWMsW9qcp8WxJ6q9yP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2020.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação e história cultural. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista brasileira de história da educação*. n°1. jan./jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, vol. 20, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt\\_1413-7704-tem-20-20143606](https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606). Acesso em: 21 mar. 2020.

NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. *Em Aberto*, Brasília, n. 47, p. 37-46, jul./set. 1990. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ffd5/da778d6b368a4e2ddb5fa64c5624a8067133.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PADILHA, Lucia Mara de Lima; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A pesquisa histórica e a história da educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 66, p. 123-134, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643706/11222>. Acesso em: 23 mar. 2020.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PERINELLI NETO, Humberto. A linguagem posta à prova pelo tempo: Carlo Ginzburg e suas contribuições para a história da educação. *Hist. Educ.* (Online) Porto Alegre v. 22 n. 55, p. 314-333, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/71676/pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? *Educ. rev.* [online]. Curitiba, n.18, p.13-28, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32815/20799>. Acesso em: 21 mar. 2020.

SANFELICE, José Luís. A ciência da história e a história da educação. *Revista Exitus*, Santarém, vol. 6. n.1 p. 151 – 159 jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/45/45>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

STEPHANOU, Maria. Apresentação. *Hist. Educ.* vol. 19. n.46. Santa Maria, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v19n46/2236-3459-heduc-19-46-00007.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa. *Hist. educ.*, n. 25, p. 153-171, 2006. Acesso em: [http://campus.usal.es/~revistas\\_trabajo/index.php/0212-0267/article/view/11177/11719](http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/0212-0267/article/view/11177/11719). Acesso em: 23 mar. 2020.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A história cultural e as fontes de pesquisa. *HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 61, p. 367-378, mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640533/8092>. Acesso em: 22 mar. 2020.

Enviado em: 10/072020 | Aprovado em: 18/09/2022

